

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DE EVENTUAIS INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DAS PARTES E CREDORES - COMARCA DE POUSO ALEGRE/MG. 3ª VARA CÍVEL. PROCESSO: 5000530-24.2021.8.13.0525. EXEQUENTE: CARLOS AUGUSTO DA SILVA - CPF: 096.817.686-04; EXECUTADO: GUSTAVO DE PAULA RIBEIRO - CPF: 126.402.516-51 - Dra. Juliana Mendes Pedrosa, MMª. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Pouso Alegre/MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, faz saber a todos quanto este edital vir ou dele conhecimento tiver e possa interessar que nos autos do Processo: 5000530-24.2021.8.13.0525 será realizada a Alienação Judicial dos bens penhorados e avaliados nos presentes autos. O leilão eletrônico será realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 08/06/2026 a partir das 14:00 horas. Se não for arrematado no período do 1º leilão, imediatamente inicia-se o período do 2º leilão.

2º LEILÃO: no dia 25/06/2026 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.

LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lance com valor igual ou acima do valor de avaliação do bem, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir de 60% da avaliação, conforme determinado pelo Juiz.

DESCRIÇÃO DO BEM: MOTOCICLETA HONDA/CG 125 FAN, ano de fabricação/modelo 2007/2008, placa HEB7491, chassi 9C2JC30708R094429, renavam 00945978340, preta, em estado de sucata.

AVALIAÇÃO: R\$ 740,89 (atualizada com índice de 1,0584164 da Tabela da CGJ/TJMG).

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Av. Orlando Alves Pereira, 85, Leva Tapas - Distrito Industrial, Paraguaçu- MG (Pátio Detran) ÔNUS: Conforme levantamento realizado junto ao Detran este veículo encontra-se apreendido, possui restrição judicial de transferência, restrição judicial de penhora, débito de IPVA, débito de taxa de licenciamento e impedimento. OBSERVAÇÃO: Este levantamento foi realizado no dia 05/05/2026. O interessado deverá verificar a existência de novos ônus após esta data.

FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATACÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista conforme determinação judicial. O pagamento deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem do M.M Juiz, Dr. Juliana Mendes Pedrosa., o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018

e CTN nas seguintes condições: 1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Ângela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 ĩ JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão. A Leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário. 2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas. 3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. Na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). 4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, ĩ Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no ĩcaputĩ deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.ĩ. 5º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial. 6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances. 7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter ĩAD-CORPUSĩ, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização. 8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remissão), se requerido após leilão com recebimento de lance, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remissão. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão. 9º) Nos termos do CPC, art. 887, ĩ 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, ĩ 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br . 10º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos. 11º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem. 12º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados do leilão, suprindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC. 13º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da Leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada ĩperturbaçãoĩ ao leilão. 14º) Nos termos

do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ. Por ordem do juízo, foi expedido o presente edital que será publicado na forma da lei. E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente. Pouso Alegre/MG, data da assinatura eletrônica. Eu, Thaís Tiburcio Machado Lamounier, Oficial Judiciário, digitei. Eu, Suéley Susi Costa, Gerente de Secretaria, subscrevo, por ordem da MMª Juíza de Direito.